Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.Unifsanet.com.br/revista
Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 9, art. 8, p. 141-158, set. 2026
ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983
http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.9.8

Redes de Mediação do novo Imperialismo no MATOPIBA: Estado, Financeirização da Terra e Acumulação por Espoliação

Mediation Networks of the new Imperialism in MATOPIBA: State, Land Financialization and Accumulation by Dispossession

Bruno Galisa de Oliveira
Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí
Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí
E-mail: bruno.gaalisa@gmail.com

Ana Keuly Luz Bezerra
Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí
E-mail: ana.bezerra@ufpi.edu.br

Endereço: Bruno Galisa de Oliveira
Universidade Federal do Piauí – Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP: 64.049-550, Teresina/PI, Brasil.
Endereço: Ana Keuly Luz Bezerra
Universidade Federal do Piauí – Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP: 64.049-550, Teresina/PI, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 26/08/2026. Última versão recebida em 09/09/2026. Aprovado em 10/09/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente artigo analisa o agronegócio no MATOPIBA como expressão territorial do novo imperialismo, buscando apreender as mediações que articulam Estado, fundo público, financeirização da terra, dependência e acumulação por espoliação. Metodologicamente, adota-se revisão narrativa, qualitativa e interpretativa, tensionando categorias da crítica da economia política com estudos recentes sobre Cerrados, trabalho, conflitos e território. Os resultados indicam que a fronteira é viabilizada por políticas, crédito, pesquisa e infraestrutura; que a terra é convertida em ativo financeiro por empresas, tradings e fundos; e que trabalhadores, comunidades e natureza suportam os custos da competitividade agroexportadora. Ao evidenciar que conflitos por terra, trabalho, água, saúde e direitos sociais decorrem de uma mesma dinâmica de acumulação, o estudo contribui para uma formação em Serviço Social capaz de apreender a questão social em sua totalidade e de reconhecer as bases materiais de articulação entre lutas emancipatórias distintas.

Palavras-chave: MATOPIBA. Novo Imperialismo. Fundo Público. Questão Agrária. Serviço Social.

ABSTRACT

This article analyzes agribusiness in MATOPIBA as a territorial expression of the new imperialism by examining the mediations linking the State, the public fund, land financialization, dependency, and accumulation by dispossession. Methodologically, it adopts a qualitative and interpretive narrative review, confronting categories of critical political economy with recent studies on the Cerrado, labor, conflicts, and territory. The findings indicate that the frontier is enabled by policies, credit, research, and infrastructure; that land is converted into a financial asset by companies, trading corporations, and funds; and that workers, communities, and nature bear the costs of agro-export competitiveness. By showing that conflicts over land, labor, water, health, and social rights arise from the same dynamics of accumulation, the study contributes to Social Work education grounded in totality and to the recognition of the material bases connecting distinct emancipatory struggles.

Keywords: MATOPIBA. New Imperialism. Public Fund. Agrarian Question. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a relação entre agronegócio, Estado e novo imperialismo no MATOPIBA, demonstrando como essa fronteira agrícola do Cerrado se constitui como forma territorial da acumulação capitalista com raízes provenientes do novo imperialismo. A região, formada por partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, costuma aparecer no discurso público e privado como espaço de eficiência e oportunidade, contudo, quando analisada a partir da tradição marxiana e dos estudos críticos sobre economia política, desvela-se como território produzido por determinações econômicas, políticas, sociais e ambientais que se realizam conjuntamente. Essa articulação não corresponde apenas a uma opção expositiva, mas à própria forma de apreender uma fronteira em que a expansão agroexportadora depende da ação estatal, redefine o trabalho, apropria-se da natureza e intensifica conflitos por terra e direitos.

A escolha do tema permite observar a atuação estatal na condução da acumulação capitalista e na produção de políticas setoriais. Engels (2002) recorda que o Estado emerge atravessado por antagonismos sociais e pelo imperativo da propriedade privada, enquanto Carnoy (1988) demonstra que as concepções de Estado condicionam a forma como as políticas públicas são operacionalizadas e interpretadas. Poulantzas (1985), por sua vez, oferece uma interpretação essencial ao compreender o Estado como a materialização de uma relação de forças entre classes e frações de classe. Essa formulação impede tanto a leitura do Estado como sujeito neutro quanto a sua redução a instrumento imediatamente comandado por uma única fração do capital. A autonomia relativa diz respeito à capacidade de organizar, no interior de contradições e disputas, a unidade política do bloco no poder e as condições gerais da reprodução capitalista. Através dessas lentes, programas agrícolas, incentivos fiscais, rodovias, linhas de crédito e planos territoriais passam a ser lidos como formas institucionais de reorganização territorial que favorecem frações específicas do capital, sem eliminar conflitos, concessões e resistências no interior do próprio Estado.

Visões mais recentes sobre o MATOPIBA confirmam a conveniência dessa leitura. Santos (2018) rejeita a ideia de uma fronteira agrícola completamente nova, preferindo interpretá-la como um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos antes existentes nos Cerrados, em reforço à dinâmica capitalista. Jesus e Fabrini (2017), ao abordarem os Cerrados piauienses, demonstram que a modernidade técnica convive com a barbárie social, a concentração fundiária, os conflitos no campo e a superexploração do trabalho. Ribeiro (2024) acrescenta que a expansão da commodity soja opera por meio da

grilagem, do uso intensivo de agrotóxicos e da produção de um consenso em torno do desenvolvimento, no caminho de um processo de financeirização da terra. Souza e Silva (2019) reposicionam o problema para o plano da dependência, uma vez que a formação de regiões agrícolas competitivas reforça a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho. Barros (2018) situa o agronegócio como projeto da burguesia agrária e terreno permanente da luta de classes, enquanto Silva e Araújo (2025) demonstram que a destruição ambiental deve ser apreendida no interior das contradições do capitalismo dependente e de suas repercussões sobre a questão social.

Essa problemática insere o MATOPIBA no campo de preocupações do Serviço Social não por uma aproximação temática externa, mas porque o território torna visíveis mediações constitutivas da questão social: a concentração da propriedade, a exploração da força de trabalho, a disputa pelo fundo público, a degradação das condições de reprodução social e a organização de sujeitos coletivos. A perspectiva de totalidade defendida pela ABEPSS (2022) exige que essas determinações sejam tratadas em suas conexões e que as lutas por terra, trabalho, água, saúde e proteção social sejam compreendidas a partir das relações que as produzem, sem dissolver as particularidades de cada sujeito.

Emerge, portanto, uma lacuna analítica que este artigo busca enfrentar, pois, embora a literatura descreva esses elementos, ainda é preciso articulá-los em uma rede capaz de explicitar como o MATOPIBA expressa as raízes do novo imperialismo. A questão que orienta este trabalho é: por quais mecanismos o agronegócio praticado no MATOPIBA materializa relações do novo imperialismo? O objetivo geral é mapear essas raízes, construindo uma rede de relações entre categorias teóricas e mecanismos empíricos. O núcleo teórico articula Lênin (2012), Harvey (2014), Chesnais (2005), Poulantzas (1985), Marini (2000), Behring (2021) e Salvador (2010), em diálogo com autores que investigam a região, de modo a demonstrar como o desenvolvimento subordinado à lógica agroexportadora converte políticas públicas e fundo público em condições de financeirização, dependência e espoliação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota revisão narrativa, com abordagem qualitativa e interpretativa. Mais do que inventariar mecanicamente os estudos disponíveis, o procedimento foi mobilizado para tensionar categorias clássicas da crítica da economia política diante da historiografia e dos dados recentes sobre a expansão da fronteira agrícola no Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia.

Rother (2007) observa que as revisões narrativas permitem a discussão de temas amplos e a formulação de interpretações, enquanto Green, Johnson e Adams (2006) destacam a sua utilidade para integrar literaturas que não necessariamente compartilham os mesmos métodos e/ou objetos.

O diálogo bibliográfico reuniu referências provenientes da tradição marxiana e da economia política crítica, como Engels (2002), Lênin (2012), Carnoy (1988), Poulantzas (1985), Mandel (1982), Harvey (2014), Chesnais (2005), Behring (2021), Salvador (2010) e Marini (2000), e estudos específicos sobre o MATOPIBA, os Cerrados e a questão agrária, especialmente Santos (2015; 2018), Jesus e Fabrini (2017), Barros (2018), Souza e Silva (2019), Souza (2018), Blanco et al. (2021), Rufo e Araújo Sobrinho (2023), Ribeiro (2024) e Silva e Araújo (2025). O critério central não foi a exaustividade, mas a capacidade desses trabalhos de iluminar as mediações entre Estado, capital financeiro, fundo público, dependência, trabalho, natureza e lutas sociais no território.

A análise foi organizada em quatro eixos temáticos: produção estatal da fronteira agrícola do MATOPIBA; financeirização da terra e controle corporativo na região; construção do "consenso da commodity"; e expressões da espoliação sobre trabalho, natureza e comunidades. Esses eixos não foram tratados como compartimentos estanques, mas como momentos de uma mesma totalidade, relacionados por mecanismos de produção, circulação, legitimação e conflito. O Quadro 1 sintetiza o percurso metodológico efetivamente realizado.

Quadro 1 – Organização metodológica da revisão narrativa

Etapa	Critério/ foco adotado	Materiais analisados
Delimitação do objeto	Foco no MATOPIBA como fronteira agrícola e política territorial	Estudos sobre Cerrados, MATOPIBA, agronegócio, questão agrária e questão ambiental
Referencial teórico	Seleção de autores da tradição marxiana e da economia política crítica	Engels (2002), Lênin (2012), Poulantzas (1985), Harvey (2014), Chesnais (2005), Marini (2000), Behring (2021) e Salvador (2010), entre outros
Leitura temática	Busca de mecanismos do novo imperialismo no MATOPIBA	Programas, crédito, logística, empresas, conflitos, trabalho, natureza e lutas sociais

Etapa	Critério/ foco adotado	Materiais analisados
Síntese autoral	Construção de rede de relações entre autores e mecanismos empíricos	Quadros, figura e diálogo interpretativo

Fonte: elaboração própria (2026).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Produção estatal da fronteira agrícola do MATOPIBA

O primeiro achado da revisão é que a fronteira agrícola do MATOPIBA não emerge espontaneamente, pois ela é produzida por decisões políticas e rearranjos institucionais que tornam determinadas terras aptas à circulação e expansão do capital. Jesus e Fabrini (2017) demonstram que a modernização agrícola ganhou impulso no Brasil a partir do final da década de 1960, mediante a expansão das monoculturas voltadas à exportação, o uso intenso de máquinas, fertilizantes e sementes geneticamente modificadas, além da vinculação da agricultura aos setores industriais e financeiros. A expansão para os Cerrados, portanto, não pode ser compreendida como a mera descoberta de uma vocação agrícola do território, mas como o resultado de uma política prolongada de conversão territorial, o que desloca a questão agrária do plano técnico-produtivo para o terreno das relações de classe, da ação estatal e da produção das desigualdades que conformam a questão social.

Nesse contexto, alguns mecanismos empíricos podem ser destacados. Jesus e Fabrini (2017) mencionam o POLOCENTRO, criado em 1975; o PRODECER, iniciado na década de 1970 e posteriormente ampliado; e os recursos destinados à EMBRAPA para o desenvolvimento de técnicas de correção dos solos e de adaptação da produção aos Cerrados. Santos (2018) aprofunda essa análise ao demonstrar que o PRODECER, em sua segunda etapa, iniciada em 1985, incorporou áreas como o oeste da Bahia, Tocantins e Maranhão, estabelecendo princípios técnicos e institucionais que posteriormente orientaram a expansão regional. Santos (2015), ao comparar a Bahia e o Piauí, acrescenta o papel do Programa Corredor de Exportação Norte, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e dos incentivos fiscais estaduais na atração de empreendedores internacionais e do sul do Brasil para os Cerrados.

Quando tais exemplos são aproximados de Poulantzas (1985), o Estado emerge como condensação institucional de relações de força que reorganiza o território e seleciona prioridades sociais. Crédito subsidiado, pesquisa agrícola e construção de infraestruturas, especialmente rodovias, não distribuem capacidades de maneira neutra: reduzem riscos para

grupos empresariais, aceleram a mercantilização da terra e ampliam a integração regional ao mercado mundial. Essa seleção não significa, contudo, que o Estado se curve de modo linear aos interesses de tradings, fundos ou empresas internacionais. A sua autonomia relativa decorre precisamente da função de organizar a unidade política do bloco no poder em uma formação atravessada por contradições de classe. O Estado pode incorporar demandas subalternas, regular capitais particulares e produzir concessões, mas o faz no interior de uma materialidade institucional que preserva as condições gerais de reprodução do capital. Mandel (1982) ajuda a compreender esse movimento ao explicitar que, no capitalismo tardio, o Estado amplia as suas funções para sustentar, de maneira mais estruturada, essas condições.

A institucionalização do MATOPIBA, a partir de 2015, reforça essa dinâmica. Ribeiro (2024) registra que a região abrange 337 municípios, 31 microrregiões geográficas e aproximadamente 73 milhões de hectares. Jesus e Fabrini (2017) associam essa delimitação ao Decreto nº 8.447/2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e um comitê gestor voltado à infraestrutura, à logística e à expansão agrícola. Ao analisar esse processo como reordenamento do território através do agronegócio, Santos (2018) demonstra que a política pública não apenas acompanha a fronteira, mas efetivamente a nomeia, organiza e legitima, de modo que a categoria território passa a expressar uma relação de poder produzida pela ação estatal e permanentemente tensionada pelos conflitos sociais que ela reorganiza.

3.2 Financeirização da terra e controle corporativo no MATOPIBA

Verifica-se, ainda, que a terra, no MATOPIBA, não opera apenas como base física da produção agrícola, pois ela é convertida em ativo financeiro, garantia de empréstimos, reserva de valor e expectativa de renda futura (Ribeiro, 2024). Chesnais (2005) oferece a chave para compreender esse fenômeno ao discutir a mundialização financeira, na qual a valorização dos capitais se autonomiza relativamente da produção imediata e passa a buscar novos espaços para transformar ativos em oportunidades de acumulação. Nos Cerrados, essa lógica combina terras extensas, preços historicamente mais baixos, vulnerabilidades fundiárias e apoio estatal, enquanto a aparência produtiva do agronegócio oculta uma articulação entre finança, propriedade fundiária, políticas públicas e condições de reprodução social, pois a valorização patrimonial da terra depende tanto da infraestrutura estatal quanto da fragilidade dos direitos territoriais.

Ribeiro (2024) confere maior densidade empírica ao fenômeno ao examinar a financeirização da terra nesse locus. O autor identifica a presença de empresas como Radar Propriedades Agrícolas, vinculada à Cosan e a fundos da TIAA, BrasilAgro, SLC Agrícola, Bunge e Insolo Agroindustrial, além da atuação de imobiliárias agrícolas e de outros mecanismos de valorização fundiária. Nesse campo, a terra é comprada, titularizada, arrendada, securitizada, revendida e incorporada a estratégias que não dependem diretamente da colheita. Harvey (2014) auxilia a interpretar esse processo como acumulação por espoliação, uma vez que a incorporação de bens comuns ao circuito do capital exige privatização, deslocamento de direitos, não raramente de comunidades vulneráveis, e a criação de novos mercados.

A análise de Santos (2015) dialoga com Ribeiro (2024) ao destacar que os Cerrados da Bahia e do Piauí foram integrados a fluxos controlados por corporações multinacionais vinculadas ao agronegócio. Santos (2018) explicita que o MATOPIBA se tornou um dos principais alvos de cobiça do agronegócio globalizado, marcado por processos associativos do capital financeiro em busca de lucro, sob patrocínio das ações estatais. O diálogo entre os autores denota que a financeirização não substitui a produção agrícola, mas a reorganiza. A soja continua sendo plantada, colhida e exportada; contudo, o controle da terra e da circulação passa a obedecer a uma racionalidade financeirizada.

Lênin (2012) é importante nesse ponto porque a sua teoria do imperialismo enfatiza a concentração monopolista, a fusão entre o capital bancário e o industrial, a exportação de capitais e a partilha econômica do mundo pela burguesia. O MATOPIBA não reproduz mecanicamente o cenário do início do século XX, contudo atualiza a questão leninista ao expor a concentração do controle nas cadeias globais de insumos, financiamento, armazenamento e comercialização. A contribuição de Harvey (2014) consiste em demonstrar que a coerção territorial e a lógica da financeirização permanecem centrais ao imperialismo contemporâneo. A fronteira agrícola, portanto, não é uma periferia atrasada da acumulação, mas um avançado laboratório de captura da terra e da natureza em prol do capital, razão pela qual a financeirização descrita neste subitem somente se completa quando relacionada à apropriação do fundo público, à exploração do trabalho e aos conflitos territoriais examinados a seguir.

3.3 Construção do “consenso da commodity”

A terceira frente de discussões se debruça sobre a produção de legitimidades. O agronegócio não avança apenas por meio da economia, mas também através de narrativas.

Ribeiro (2024), em diálogo com Svampa (2013), interpreta a soja a partir da chave do "consenso da commodity", expressão que designa a naturalização das exportações primárias como o único caminho para o desenvolvimento. No sul do Piauí, segundo Ribeiro (2024), as promessas de crescimento do PIB, geração de empregos, modernização e integração competitiva convivem, em realidade, com desmatamento, queimadas, contaminação da água e do solo, grilagem e ameaças às comunidades rurais, indígenas e quilombolas, além de pequenos produtores.

Esse ponto permite diálogo direto entre Ribeiro (2024), Behring (2021) e Salvador (2010). O fundo público não constitui simples rubrica orçamentária: ele concentra parcela do valor socialmente produzido e é atravessado pela disputa entre o financiamento da reprodução da força de trabalho e o atendimento às condições gerais de acumulação. No MATOPIBA, crédito subsidiado, incentivos fiscais, pesquisa pública e infraestrutura logística socializam custos e riscos do complexo agroexportador. Assim, o consenso da commodity ganha materialidade quando recursos que poderiam ampliar saúde, previdência, assistência social e demais direitos são direcionados à competitividade privada. Trata-se de uma punção do fundo público que converte parte do trabalho social em suporte à valorização do grande capital, ao mesmo tempo em que naturaliza esse deslocamento como interesse geral.

Souza e Silva (2019), por sua vez, deslocam essa discussão para a teoria da dependência, ao argumentarem que a expansão do agronegócio globalizado no MATOPIBA reafirma a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho. Sob essa ótica, a região funciona como espaço especializado na produção de commodities agrícolas voltadas ao mercado externo, o que aprofunda a sua vulnerabilidade diante do capital. Marini (2000) torna essa interpretação mais aguda ao demonstrar que a dependência não decorre de um simples atraso, mas de um sistema específico de integração ao capitalismo mundial, sustentado pela transferência de valor e pela superexploração da força de trabalho. A competitividade da soja brasileira e do MATOPIBA, vista sob esse prisma, resulta não apenas da modernização técnica, mas de terras mais baratas, direitos mais frágeis, subsídios públicos significativos e custos socioambientais transferidos à sociedade.

Blanco *et al.* (2021) reforçam a análise dessa dinâmica ao caracterizarem o MATOPIBA como a última fronteira agrícola do Brasil em meio à intensificação de conflitos sociais, ambientais e econômicos. Barros (2018), ao situar o agronegócio como projeto da burguesia agrária, demonstra que a hegemonia do setor se produz em um campo permanente de luta de classes. O consenso, portanto, não significa ausência de conflito, mas a tentativa de universalizar interesses particulares e de desqualificar as resistências que os confrontam. O

diálogo entre Barros (2018), Souza e Silva (2019) e Ribeiro (2024) permite compreender o consenso da commodity como mediação ideológica da dependência no MATOPIBA: ele apresenta a exportação primária como vocação nacional, ao tempo em que oculta a subordinação do Brasil no mundo e a apropriação classista do fundo público.

3.4 Trabalho, natureza e comunidades como zonas de espoliação

Os achados demonstram também que o agronegócio desloca os seus custos para trabalhadores, comunidades, natureza e Estado. Rufo e Araújo Sobrinho (2023), ao analisarem o mercado de trabalho nos Cerrados piauienses, identificam precarização, seletividade e integração desigual da população à dinâmica produtiva. Embora a expansão do agronegócio tenha ampliado postos formais e informais, os citados autores observam que os trabalhadores piauienses tendem a ocupar funções menos especializadas, enquanto os postos de maior qualificação e remuneração são preenchidos por trabalhadores de outras regiões. A suposta modernização técnica do agronegócio, portanto, não produz inclusão homogênea, pois diferencia e seleciona, e essas desigualdades laborais não podem ser apartadas dos conflitos fundiários, da degradação ambiental e das restrições aos direitos sociais, uma vez que constituem expressões articuladas da questão social (SILVA; ARAÚJO, 2025).

Rufo e Araújo Sobrinho (2023) registram que, entre 2012 e 2020, foram identificados nove conflitos envolvendo trabalho escravo nessa região piauiense, com 170 trabalhadores citados em denúncias e posteriormente resgatados por operações de fiscalização. Essas ocorrências apareceram em municípios como Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Monte Alegre do Piauí, Baixa Grande do Ribeiro e Alvorada do Gurgueia, vinculadas a fazendas e atividades relacionadas à soja, ao milho, ao arroz, à pecuária e à abertura de áreas. Lidos à luz de Marini (2000) e Souza (2018), esses casos exigem uma distinção: trabalho escravo contemporâneo não é sinônimo de superexploração, embora possa constituir uma de suas expressões extremas. A superexploração designa um mecanismo estrutural do capitalismo dependente, pelo qual a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, submetida à intensificação ou à ampliação da jornada para compensar a transferência de valor ao exterior. No campo, portanto, ela não constitui atraso pré-capitalista, mas engrenagem articulada a tecnologias modernas e cadeias globais, capaz de sustentar a rentabilidade e a competitividade do agronegócio financeirizado.

Jesus e Fabrini (2017), por seu turno, analisam a espoliação territorial a partir dos casos de Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Uruçuí. Os autores demonstram que o avanço dos grandes empreendimentos se apoia em crédito público, grilagem e violência contra os

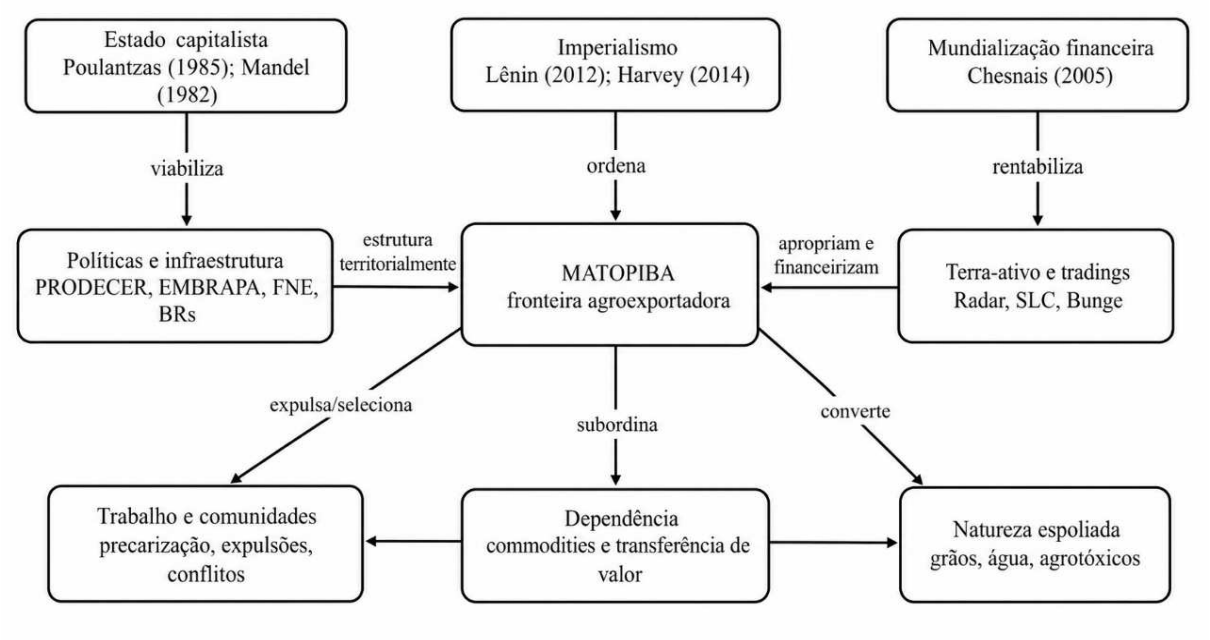
povos dos Cerrados. Também destacam a ocupação das chapadas e a pressão sobre veredas, matas e bacias hidrográficas. Esse mecanismo apoia a leitura de Harvey (2014), pois a acumulação por espoliação não envolve apenas as terras formalmente apropriadas, mas também os caminhos, modos de vida e formas comunitárias de uso do território.

Ribeiro (2024) aprofunda essa análise ao associar o monocultivo da soja ao uso intenso de agrotóxicos. Em sua leitura, o consenso ameaça a reprodução social de comunidades tradicionais e transforma os conflitos socioambientais em custos invisibilizados pela agroexportação. Silva e Araújo (2025) permitem compreender que a destruição ambiental integra as contradições da produção e reprodução social, atingindo simultaneamente saúde, trabalho, água, alimentação e modos de vida, enquanto Jesus e Fabrini (2017, p. 94), ao utilizarem a expressão “barbárie e modernidade”, captam a convivência entre produtividade e conflitos. Essas populações, contudo, não aparecem apenas como vítimas, pois trabalhadores rurais, camponeses, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais constituem sujeitos de lutas por terra, trabalho, saúde, água e natureza, cujas pautas não se tornam unitárias por mera aproximação política, mas porque enfrentam, em posições distintas, os mesmos mecanismos que concentram a terra, depreciam a força de trabalho, apropriam-se dos bens comuns e deslocam recursos públicos para a acumulação privada. É nesse sentido material, e não como justaposição abstrata de agendas, que a unidade das lutas emancipatórias pode ser compreendida (ABEPSS, 2022).

3.5 Rede analítico-interpretativa das relações

A revisão narrativa realizada permite afirmar que as raízes do novo imperialismo no MATOPIBA podem ser representadas por meio de uma rede de mediações, entendida não como soma de fatores isolados, mas como expressão de uma totalidade contraditória. O Estado cria condições materiais e normativas, enquanto o capital financeiro transforma a terra em ativo. Tradings e fundos controlam etapas da circulação do capital, ao passo que o fundo público socializa riscos e custos da expansão. A commodity da soja organiza um consenso ideológico em torno desses processos. Ao final, trabalhadores, comunidades e natureza suportam os custos da espoliação intrínseca à competitividade regional e produzem resistências que tensionam a ordem territorial. A Figura 1 representa essa articulação como mapa analítico, no qual autores e mecanismos aparecem conectados por relações de produção, coerção, legitimação, conflito e apropriação no MATOPIBA.

Figura 1 – Rede de relações: raízes do novo imperialismo no agronegócio do MATOPIBA



Fonte: elaboração própria (2026).

Quadro 2 – Autores, categorias, mecanismos e exemplos mobilizados.

Autores	Categoria mobilizada	Mecanismo observado	Exemplos no MATOPIBA
Poulantzas (1985); Mandel (1982); Carnoy (1988); Behring (2021); Salvador (2010)	Estado, políticas públicas e fundo público	Organização das condições de acumulação e disputa pelo valor socialmente produzido	Crédito, pesquisa, estradas, planos territoriais, FNE, PRODECER e incentivos fiscais
Lênin (2012); Harvey (2014); Chesnais (2005)	Imperialismo, financeirização e espoliação	Concentração, financeirização, apropriação territorial e captura de renda	Tradings, fundos, Radar, BrasilAgro, SLC Agrícola, Bunge e valorização fundiária
Santos (2015; 2018); Jesus e Fabrini (2017); Barros (2018); Ribeiro (2024)	Fronteira, conflito e consenso da commodity	Reordenamento territorial, grilagem, hegemonia, legitimação do desenvolvimento e conflitos	Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Uruçuí, chapadas, veredas, agrotóxicos e comunidades ameaçadas
Marini (2000); Souza (2018); Souza e Silva (2019); Rufo e Araújo Sobrinho (2023)	Dependência e superexploração	Subordinação ao mercado mundial, transferência de valor e precarização seletiva do trabalho	Regiões agrícolas competitivas, trabalho escravo e inserção da mão de obra local em postos menos especializados
ABEPSS (2022); Barros (2018); Silva e Araújo (2025)	Questão social, totalidade e sujeitos coletivos	Articulação entre exploração, expropriação, políticas sociais e resistência	Conflitos e lutas por terra, trabalho, água, saúde, direitos e modos de vida

Fonte: elaboração própria (2026).

A Figura 1 e o Quadro 2 não descrevem uma cadeia linear nem uma convergência sem fissuras, mas uma totalidade contraditória, na qual as mediações se condicionam sem perder a sua especificidade: o Estado, compreendido com Poulantzas (1985) como condensação material de uma relação de forças, não se reduz a executor passivo das tradings ou do capital financeiro, uma vez que a sua autonomia relativa lhe permite organizar interesses conflitantes das frações do bloco no poder e apresentá-los sob a forma universal do desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que incorpora demandas subalternas e regula capitais particulares sem romper com as condições gerais da reprodução capitalista. Nesse movimento, crédito, pesquisa, planejamento territorial e infraestrutura deixam de figurar como instrumentos neutros, pois reduzem riscos privados, aceleram a circulação das commodities e elevam a renda fundiária, enquanto o fundo público, entendido com Behring (2021) e Salvador (2010) como parcela do valor socialmente produzido e objeto da luta de classes, socializa os custos da expansão agroexportadora e comprime as possibilidades de financiamento dos direitos sociais.

A financeirização da terra, por sua vez, não constitui uma etapa separada da produção agrícola, mas uma racionalidade que a reorganiza sob a primazia da renda e da valorização patrimonial, articulando a mundialização financeira de Chesnais (2005) à acumulação por espoliação de Harvey (2014), pois a conversão da terra em ativo depende tanto da infraestrutura que amplia sua rentabilidade quanto da fragilização de direitos territoriais, da apropriação de bens comuns e do deslocamento de formas coletivas de reprodução social. Grilagem, contaminação, desmatamento e violência deixam, nessa chave, de aparecer como efeitos acidentais de um modelo produtivo eficiente e passam a ser compreendidos como condições historicamente produzidas de sua valorização, enquanto a superexploração, na acepção de Marini (2000), atravessa o circuito como mecanismo da dependência, combinando produtividade técnica avançada, violação do valor da força de trabalho e transferência de custos sociais e ambientais para trabalhadores, comunidades e natureza, sem que cada ocorrência de precarização ou trabalho escravo contemporâneo seja tomada isoladamente como sinônimo da categoria.

O ganho analítico da rede reside, portanto, em demonstrar que expropriação territorial, precarização do trabalho, degradação ambiental e restrição de direitos sociais não formam uma coleção de efeitos laterais, mas momentos diferenciados do mesmo processo de produção e apropriação do valor. É nesse ponto que o objeto se vincula de maneira substantiva à formação em Serviço Social, pois as demandas por renda, saúde, trabalho, terra, água e

proteção social chegam às políticas e instituições de forma fragmentada, embora sejam produzidas por relações comuns entre Estado, capital e território; apreendê-las em perspectiva de totalidade significa reconstruir essas mediações e reconhecer que a unidade das lutas emancipatórias não resulta de uma soma abstrata de pautas, mas das bases materiais que aproximam trabalhadores rurais, camponeses, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais no enfrentamento a mecanismos articulados de exploração, expropriação e captura do fundo público (ABEPSS, 2022; BARROS, 2018; SILVA; ARAÚJO, 2025).

4 CONCLUSÃO

O artigo buscou mapear as raízes do novo imperialismo imbricadas no agronegócio praticado no MATOPIBA, através da reconstituição de uma rede de relações entre Estado, fundo público, capital, trabalho, natureza e comunidades. Esse objetivo geral foi alcançado por meio de uma revisão narrativa qualitativa e interpretativa, que vinculou categorias teóricas inicialmente abstratas aos mecanismos empíricos concretos presentes na fronteira agrícola. A rede construída demonstrou que a totalidade não corresponde à justaposição de temas, mas à apreensão das mediações que articulam dependência, financeirização, questão agrária, questão ambiental e expressões da questão social.

Os principais achados demonstram que os mecanismos estatais são constitutivos desse processo, como o POLOCENTRO, o PRODECER, a EMBRAPA, o FNE, decretos, planos territoriais e infraestruturas logísticas. Lidos à luz de Poulantzas (1985), esses mecanismos expressam relações de força condensadas no interior do Estado, cuja autonomia relativa não elimina a sua função estratégica na organização das condições gerais de reprodução do capital. Em análise conduzida por Mandel (1982), essa engenharia revela a ampliação das funções estatais no capitalismo tardio. Pela leitura de Santos (2015; 2018), esses fatores deixam de aparecer como políticas neutras de desenvolvimento e se revelam como reordenamento geográfico do território conduzido pelo agronegócio.

Além disso, a financeirização da terra fornece o substrato contemporâneo desse imperialismo. Empresas como Radar, BrasilAgro, SLC Agrícola e Bunge, ao lado de fundos vinculados ao capital internacional, indicam que o controle territorial ultrapassa as fronteiras nacionais. A terra ocupa o papel de ativo financeiro, tornando-se objeto de especulação e captura de renda. Nesse ponto, Chesnais (2005), Harvey (2014) e Ribeiro (2024) demonstram que a mundialização financeira encontra nos Cerrados uma fronteira rentista, enquanto a soja

organiza a aparência desenvolvimentista desse processo. Essa racionalidade não substitui a produção, mas subordina o uso do território às expectativas de valorização financeira.

O artigo também evidenciou que o consenso da commodity constitui a condição ideológica da expansão das raízes do novo imperialismo no território. Ribeiro (2024) e Svampa (2013) demonstram como essa perspectiva opera para invisibilizar grilagem, uso de agrotóxicos, desmatamento e violência contra comunidades. Behring (2021) e Salvador (2010) permitem acrescentar que esse consenso é materialmente sustentado pela disputa do fundo público, quando crédito, incentivos, pesquisa e logística canalizam valor socialmente produzido para a competitividade do grande capital, em detrimento da ampliação de direitos. Ao mesmo tempo, Souza e Silva (2019), Marini (2000) e Souza (2018) permitem compreender que a dependência permanece no centro do problema, uma vez que a integração do MATOPIBA ao mercado mundial se apoia na transferência de valor e na superexploração da força de trabalho. O trabalho escravo contemporâneo, nesse quadro, não é um resíduo exterior à modernização, mas uma expressão extrema das relações que sustentam a rentabilidade de uma fronteira tecnicamente avançada.

É importante sublinhar que a presente análise não nega a importância da agricultura, da técnica e/ou do planejamento estatal, mas recoloca a questão política fundamental: esse desenvolvimento serve a quem, é controlado por quem e quem paga a conta dos impactos sociais e ambientais? Uma política pública democrática para o MATOPIBA exige maior justiça social, proteção dos direitos territoriais e fortalecimento dos sujeitos coletivos que produzem resistências, e essa conexão confere ao debate relevância para o Serviço Social porque a precarização do trabalho, as ameaças à saúde, a perda de território e a restrição da proteção social não constituem problemas externos entre si, mas formas pelas quais a expansão agroexportadora incide sobre a produção e a reprodução da vida. Sem uma inversão estrutural, os Cerrados continuarão a se afirmar como território exemplar do novo imperialismo, onde a modernização produtiva está intimamente relacionada com a espoliação, a dependência e a existência de poderes desiguais, em detrimento de modos de vida não hegemônicos.

Assim, para avançar sobre a rede analítica reconstruída neste estudo, pesquisas futuras devem se debruçar sobre investigações empíricas e territoriais mais aprofundadas. Sugere-se o exame das microdinâmicas de financeirização da terra nos Cerrados, rastreando estruturas corporativas específicas, fluxos do fundo público e os seus efeitos sobre comunidades e natureza, bem como a realização de estudos concentrados nas resistências cotidianas de trabalhadores, povos e comunidades tradicionais, de modo a equilibrar a crítica

macroestrutural com as lutas políticas concretas pelo território. Esse aprofundamento também permitirá examinar como as resistências se articulam na prática, revelando em que medida a defesa da terra e da água, a proteção da saúde, o combate ao trabalho escravo e a disputa pelo fundo público se constituem como respostas a formas combinadas de exploração e expropriação. Ao reconstruir essas mediações, a produção de conhecimento em Serviço Social pode contribuir para uma formação que não fragmente as expressões da questão social e que reconheça, nas lutas concretas dos sujeitos, as possibilidades e os limites de sua unidade emancipatória.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Documento do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental:** GT Documento, biênio 2020-2022. Brasília, DF: ABEPSS, 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/documento-gtpqauass-pre_coloquio-20221205145558787510.pdf. Acesso em: 26 jul. 2026.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.136. Acesso em: 26 jul. 2026.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BLANCO, Letícia de Souza et al. Agronegócio e suas repercussões no MATOPIBA. **OKARA**: **Geografia em debate**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 173-190, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/58897. Acesso em: 05 jul. 2026.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

GREEN, Bart N.; JOHNSON, Claire D.; ADAMS, Alan. Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. **Journal of Chiropractic Medicine**, v. 5, n. 3, p. 101-117, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S0899-3467(07)60142-6. Acesso em: 05 jul. 2026.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

JESUS, Alex Dias de; FABRINI, João Edmilson. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** - Seção Três Lagoas/MS, n. 25, p. 94-116, maio 2017. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/3849. Acesso em: 05 jul. 2026.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RIBEIRO, Aldo Vieira. Consenso da commodity soja e conflitos socioambientais no Cerrado piauiense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 27, n. 2, p. 31-59, maio/ago. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/15778. Acesso em: 05 jul. 2026.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001. Acesso em: 05 jul. 2026.

RUFO, Tiago Fernandes; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Agronegócio e mercado de trabalho nos Cerrados Piauienses: precarização e seletividade. **Caderno de Geografia**, v. 33, n. esp. 2, p. 611-636, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/31464. Acesso em: 05 jul. 2026.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Clóvis do. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e do Piauí. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 8, p. 229-253, dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.17127/got/2015.8.012. Acesso em: 05 jul. 2026.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de cerrados? **Cadernos do CEAS**, n. 245, p. 570-600, set./dez. 2018. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/487. Acesso em: 05 jul. 2026.

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. Questão ambiental, capitalismo dependente e Serviço Social: apontamentos para um debate urgente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 148, n. 2, e-6628439, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.439. Acesso em: 26 jul. 2026.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 611-620, set./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p611. Acesso em: 26 jul. 2026.

SOUZA, Glaycon Vinicios Antunes de; SILVA, Laís Ribeiro. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do MATOPIBA. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 72, p. 149-168, dez. 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/42795. Acesso em: 05 jul. 2026.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013. Disponível em: https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/. Acesso em: 05 jul. 2026.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

OLIVEIRA, B. G; BEZERRA, A. K. L. Redes de Mediação do novo Imperialismo no MATOPIBA: Estado, Financeirização da Terra e Acumulação por Espoliação. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 8, art. 7, p. 141-158, set. 2026.

Contribuição dos Autores	**B. G. Oliveira**	**A. K. L. Bezerra**
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X